



Estratégias de desenvolvimento regional e combate à pobreza: o Município de Itaberá, na Região Sudoeste do Estado de São Paulo

Profa. Dra. Eunice Helena Sguizzardi Abascal

Professora da FAU Mackenzie e do programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie – Eunice.helena@terra.com.br (contato)

Engo-Civil Hugo Cardoso Esteves

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

optativasarq@mackenzie.com.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

São Paulo Brasil

2009

Resumo:

O declínio econômico e social de regiões e municípios do Estado de São Paulo que experimentam dificuldades decorrentes da mecanização da produção agrícola e mudança das bases produtivas industriais constitui urgente desafio para os gestores públicos. A estagnação dos municípios da Região Administrativa de Itapeva, de que faz parte Itaberá, aprofunda a necessidade de análises e estratégias de desenvolvimento para resgatar o círculo virtuoso de emprego e renda. Visando contribuir criticamente e permitir o desenho de estratégias de gestão pública regionais, o presente trabalho analisa município e Região, identificando debilidades e potencialidades de desenvolvimento. Na atual sociedade do conhecimento as políticas públicas de desenvolvimento regional requerem atitude reflexiva, e a gestão de redes digitais constitui um instrumento de controle que possibilita sincronizar informações sobre mercados, oportunidades de negócios, emprego e disponibilidade de mão-de-obra.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias de desenvolvimento regional – Redes digitais – Sociedade do conhecimento – Região Sudoeste do Estado de São Paulo – Município de Itaberá.

Introdução:

A necessidade de estimular e expandir as condições de desenvolvimento das regiões e dos municípios, com foco nos diversos setores sociais e produtivos vem se afirmando como estratégia inadiável das políticas públicas e urbanas. A articulação de respostas aos principais problemas de natureza econômica, social e ambiental enfrentados pelos diversos municípios vem se revelando prioritária, quando se trata de promover o desenvolvimento em perspectiva local ou regional.

A indispensável prioridade do Desenvolvimento Regional é ação ou elemento crítico fundamental, quando se enfocam as possíveis formas de regulação pública cabíveis para diminuir os efeitos da reprodução da pobreza nas regiões interioranas dos estados brasileiros. Simões (2006) enfatiza que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, constituindo um fim e não um meio. Entretanto, o crescimento é necessário para atingir o desenvolvimento, o que leva a enunciar como hipótese a necessidade de regulação pública para que os meios de crescimento adequados sejam selecionados e conduzidos a um bom termo.

Caberia então às políticas públicas o desenho de estratégias, definidas como ações projetadas que constituem os meios de crescimento necessários para alcançar as finalidades do desenvolvimento. Embora o conceito de desenvolvimento transcenda a economia, relacionando-se à liberdade, justiça, equilíbrio e redistribuição (cf. SEN, 1999), é também verdadeiro que estes fins dependem dos meios e do projeto econômico elaborado para uma determinada sociedade.

No caso específico dos municípios e das regiões administrativas ou de governo que os abrigam, a realização desse projeto envolve um conjunto de operações logísticas, que planeja formas de distribuição e de circulação produtiva, quer da produção material (bens tangíveis) ou imaterial (os intangíveis - idéias e informação). Esta logística prevê o conteúdo e a forma de distribuição dos bens, sua articulação produtiva e distributiva a partir de um desenho de como e para quê circulam, estabelecendo redes e sistemas. Pode-se dizer que a arquitetura destas redes e sistemas conforma o conjunto de estratégias de desenvolvimento, que podem ser promovidas pela regulação pública.

Assegura-se o papel desempenhado pela regulação de criar as mencionadas estratégias a fim de dirigir projetos em contextos incertos (ASCHER, 2007), transitando de um modelo de planeamento ao de gestão estratégica tanto de regiões como de cidades e municípios.

Enquanto que o modelo de planeamento moderno se pautou pelo estabelecimento de princípios de organização espacial, de que são exemplo os Planos Diretores, a contemporaneidade exige um novo modelo de desenvolvimento que envolve o urbanismo. Nesse novo modelo, a gestão reflexiva é entendida como o projeto de um conjunto de estratégias que engloba múltiplos sub-projetos, capazes de idealizar ações e coordenações para um ambiente incerto. Nesse ambiente incerto, pautado pela aceleração e transformação veloz da economia (o que envolve ciclos curtos de produção e consumo, ascensão e declínio de mercadorias e de processos produtivos, flexibilização das relações de trabalho e flutuação dos níveis de emprego), ações de curto e médio prazo, grande e pequena escala, articulando interesses gerais e de setores específicos da sociedade precisam ser formuladas e implantadas (ASCHER, *op. cit.*). Esse mesmo autor enfatiza a existência deste conjunto de problemas inusitados próprios da sociedade atual demanda subverter a lógica linear do planeamento, caracterizada por diagnóstico, identificação de necessidades e projeto, substituindo-a por uma agenda ágil, ou gestão heurística e recorrente (ASCHER, *ibid.*). Esta gestão tem por finalidade modificar e retro-alimentar o projeto inicial, pensando a sociedade e o desenvolvimento enquanto processo, urgindo pela redefinição constante da estratégia.

Esse novo método prioriza os objetivos, estimulando atores públicos e privados gerenciados por formas de regulação que os articulem, para encontrar meios eficazes de alcançar os fins em benefício da comunidade. Esse tecido estratégico se pauta pela diversidade, pois decisões igualitárias se mostram equivocadas frente à diversidade e especialização de territórios. Fazem-se necessários, portanto, enfoques específicos, desenhados conforme a especificidade territorial, que poderia ser identificada com as dimensões regional e municipal.

A adaptação do planeamento de municípios e regiões às diferentes necessidades exige personalização de soluções, demandando redes e sistemas - técnicos, informáticos, de comunicações, de serviços, apoiados em redes de transportes e de distribuição (cf.

ASCHER, *id.*, *ibid.*). As redes são verdadeiras “centrais de deslocamentos”, proporcionando visibilidade aos serviços, distribuindo e disseminando a produção e a informação de sua existência e disponibilidade. Articulam distâncias de natureza material ou digital, viabilizando a disseminação de informações e circulação de mercadorias originadas em nível local.

Com a finalidade de implementar tais redes, articulam-se sistemas de infra-estruturas e equipamentos, amparados por intervenções públicas que coordenam de formas variadas múltiplas associações, como consórcios, concessões e subsídios a serviços. Estas redes possibilitam a organização da produção, transporte e distribuição, determinando assim uma logística integradora das formas específicas do processo no território.

Esse desenho do território resultante da disseminação da informação, ao projetar sua logística se define como reprodução de um capital de conhecimento, fundamentado no sistema em redes. Gorz (2005) frisa que a multiplicação exclusiva do dinheiro não consiste em criação de riqueza e que o crescimento da economia pautado na “pilhagem do bem comum” e no desmonte da coletividade produz miséria e não prosperidade. Assinala que é necessário criar uma “outra economia”, em que as capacidades humanas sejam plenamente desenvolvidas e aproveitadas. O desenvolvimento regional é assim um instrumento de realização de sistemas organizados em redes que podem ter o apoio de políticas públicas, em meios sociais e comunidades que se encontrem fragilizadas devido à precariedade que as transformações produtivas (o declínio industrial e a modificação dos padrões de emprego) e dos mercados e relações de trabalho desencadeiam.

Gorz (2005) enfatiza ainda que a disponibilidade e a pesquisa de informação, por exemplo, é no atual quadro do capitalismo um bem colocado a serviço da produção de monopólios de conhecimento, ao gerar rendimentos exclusivos para as empresas. Caberia à ação pública, portanto, através de políticas de regionalização que conduzam a formação de redes e sistemas contrabalançar a tendência exclusivista à apropriação privada desse rendimento, repassando à comunidade o benefício e transformando o domínio de informações e de sistemas de transmissão e circulação destas e de mercadorias em utilidade social e valor de uso. Um valor que se fundamenta na inteligência e na imaginação, representada pela criação de tecidos de informações.

A informatização dos setores produtivos, como da indústria por exemplo, transforma o trabalho em gestão de um fluxo de informações, sendo que a qualidade do desempenho depende de aspectos sistêmicos, conforme assinalado por Veltz (*apud* GORZ, 2005). O computador e a gestão em rede que proporciona pode se constituir em um instrumento universal, acessível se disponibilizado e gerido em benefício do corpo social. Esta gestão para a qual políticas e atores públicos são primordiais contraria a valorização do conhecimento como um bem escasso, para fazer dele um bem coletivo e abundante.

As redes representam a possibilidade de viabilizar um “capitalismo cognitivo” (GORZ, 2005), capaz de sobreviver a algumas condições frágeis presentes na articulação de suas categorias fundamentais, a saber, o trabalho, o valor e o capital. Nas condições capitalistas atuais, lembra ainda Gorz, a força produtiva não mais pode reduzir o saber a um índice homogêneo, que possa ser medido em termos de valor e de tempo, pois o saber não é uma mercadoria qualquer.

Na era da produção informatizada desse saber, a digitalização de dados fundamentando redes de conhecimentos gera um valor monetário inestimável. Esse saber é reprodutível, disseminável e sua difusão não tem custo. A privatização do conhecimento produzido surge como contradição, e o caráter difusor das redes no benefício de comunidades usuárias parece o destino natural para informações organizadas. Estas uma vez a serviço da logística podem então gerar um patamar de eficácia de aplicação desse saber à disposição e à qualidade das relações e dos meios produtivos no território.

As estruturas organizacionais contemporâneas são reticulares (ASCHER, 2007), o que significa se organizar e funcionar em rede. As diversas redes possíveis se relacionam e interconectam. Dessa forma, a regionalização pode ser compreendida como um sistema de múltiplas redes, geradas de acordo com os interesses locais e regionais: redes de comunicação, de infra-estruturas, de transportes, de arranjos produtivos locais e regionais, de solidariedade etc...

Essas estruturas indicam, como lembra Ascher (*op. cit.*), a formação de redes de interdependência entre indivíduos, comunidades e instituições. Esse autor denomina esse sistema de redes *comutativas*, porque relacionam e criam solidariedades entre os indivíduos e as organizações e instituições, constituindo assim sistemas de interesses

coletivos. As redes funcionariam como instrumento para diminuir as assimetrias entre regiões, aproveitar os recursos e potencialidades endógenas das regiões, promover uma ordenação do território guiada pelos objetivos estratégicos desenhados e garantir maior participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais (CAIADO, 1996).

Gestão regional no estado de São Paulo: a Região Administrativa de Itapeva e o Município de Itaberá

As discussões até aqui realizadas fundamentam o tema do desenvolvimento regional, proporcionando subsídios para pensá-lo de forma aplicada à região sudoeste do estado de São Paulo. Especificamente, ao caso da 16^a. Região Administrativa ou mesorregião do estado, a Região de Itapeva, com 32 municípios e que abrange o município de Itaberá. A 16^a. Região Administrativa é de criação recente, tendo sido aprovada em janeiro de 2007, pela Assembleia Legislativa do Estado. A criação sucedeu à derrubada do veto do governo do estado, aprovando o Projeto de Lei no. 695 de 2001, de autoria do então Deputado Campos Machado. A criação deu um passo significativo para o aumento de arrecadação e agilização de prestação de serviços públicos à população.

Deve-se frisar que entre as competências da Região Administrativa criada estão a melhoria do serviço público; articulação da ação dos órgãos da administração pública estadual. Deve também implementar projetos, planos e programas para o desenvolvimento; elaborar sugestão aos órgãos para a adoção de programas e projetos adequados à região; bem como fortalecer a integração inter-regional no Estado e a assistência técnica aos municípios (PORTAL DE ITAPEVA, 2008).

Entende-se por mesorregião a subdivisão dos estados composta por diversos municípios pertencentes à determinada área geográfica. Essa divisão foi criada, entretanto, pelo IBGE para fins estatísticos e não constitui uma entidade política ou administrativa, o que foi corrigido pela criação da figura da Região Administrativa. Por definição, os municípios de uma mesma mesorregião ou região administrativa apresentam características econômicas e sociais similares. Entretanto, a despeito das dificuldades que possam compartilhar os municípios associados, a identificação de uma rede de municípios solidários em função de problemas comuns é uma visão parcial, pois a idéia da dimensão regional conduz à percepção de potencialidades de desenvolvimento conjunto. Argumenta-se que o estabelecimento de mecanismos

sistêmicos e em rede é fundamental como instrumento para a promoção de níveis satisfatórios de desenvolvimento.

No entanto, a despeito dos avanços representados pelo desmembramento da Região Administrativa de Sorocaba e criação da 16ª. Região Administrativa, estas ações de natureza político-administrativa não são suficientes para o impulso ao desenvolvimento local e regional, que não pode se pautar unicamente em programas de expansão de incentivos e de arrecadação fiscais (CAIADO, *op. cit.*), a fim de incentivar e agilizar investimentos. A atração de investimentos, no caso da fixação da indústria e geração de serviços, depende entre outras ações, do oferecimento de vantagens estruturais. Entre estas vantagens se encontra a realização de infra-estrutura, viária, educacional (capacitação da mão-de-obra), eletrificação e, o que é fundamental, a geração de grande quantidade de serviços de apoio à produção.

O conceito de desenvolvimento endógeno das regiões (AMARAL FILHO, 1996) pode então ser definido como um processo de contínua ampliação em escala regional da capacidade de agregar valor à produção, bem como de a região absorver e reter o excedente econômico gerado pela economia local, assim como atrair excedentes de outras regiões. Um modelo de desenvolvimento regional deve obter como resultado a expansão do emprego, do produto e da renda, modelo que deve ser idealizado e gerido por atores locais e regionais.

Dessa maneira, não é possível omitir da pauta do desenvolvimento regional a promoção da sustentabilidade, entendendo-a no caso da região abordada, como o conjunto de ações voltadas ao controle da exaustão e empobrecimento do solo, do desmatamento, do assoreamento dos recursos hídricos, uso inadequado de agrotóxicos, e o controle dos dejetos residenciais, industriais e a poluição dos rios. Observe-se que uma das maiores riquezas da Região Sudoeste é a trama hídrica e a fartura de bacias hidrográficas.

No Estado de São Paulo, a regionalização deve sua história à criação das regiões e sub-regiões conhecidas por regiões administrativas, em 1967. Essa divisão, ao levar em conta critérios de polarização e o tempo de acessibilidade dos municípios ao pólo regional, caracterizou as regiões pela dependência de um centro urbano melhor equipado, fazendo o papel de capital regional ou cidade pólo (ALVIM, 1996). Sob essa

estrutura foram então criadas 10 regiões e 48 sub-regiões e em cada sede um Escritório de Planejamento, para integrar as políticas setoriais às esferas do governo estadual e municipal. Esses escritórios funcionaram apenas como centros de informações de dados (ALVIM, *op. cit.*).

Essas transformações visavam corrigir, entretanto, as desigualdades regionais ao promover a descentralização industrial, chegando-se a cogitar a criação de incentivos fiscais destinados a premiar a instalação de Distritos Industriais com o objetivo de dinamizar áreas e regiões marginalizadas e desfavorecidas. Os níveis de decisão se mantinham ainda fortemente vinculados ao governo central.

Na década de 1970, nas gestões estaduais de Laudo Natel (71-5) e Paulo Egydio Martins (75-8), os planos de desenvolvimento regional se voltaram basicamente à promoção dos eixos viários, ainda com a finalidade quase exclusiva de promover a atração e a operação industrial. Essa política teve como decorrência a inauguração de rodovias, como a Rodovia dos Bandeirantes em 1978 que possibilitou que a região de Campinas pudesse receber indústrias que provinham de São Paulo.

Durante a década de 1980, sobretudo no governo André Franco Montoro (83-6) investimentos vultosos em infra-estrutura de transporte (pavimentação de estradas vicinais) permitiram aperfeiçoar o escoamento da produção agrícola. A modernização ferroviária e hidroviária, e construção de eclusas que permitiram a navegabilidade em mais de 400 quilômetros da hidrovia Tietê-Paraná podem ser apontadas. Nesse período, a despeito da grande ênfase em estratégias de infra-estrutura físicas voltadas à consolidação da atividade industrial, a administração pública estadual reconhecia que o município e a região eram as formas administrativas e territoriais mais próximas do cidadão, fortalecendo essas instâncias.

No governo Orestes Quércia (87-90) se aprofunda o processo de interiorização e desconcentração industrial, acentuando os investimentos de vulto realizados em infra-estrutura e transportes, e criação dos Escritórios Regionais de Planejamento que se integram à Secretaria de Economia e Planejamento, responsável pela administração regional.

Observa-se que no período analisado, formam-se já as bases de uma estrutura física de infra-estruturas que possibilitam a ligação das regiões do estado de São Paulo até então marginalizadas dos principais pólos de desenvolvimento. No caso da Região de Itapeva, essa marginalização ocorre devido a débil participação histórica da região nas oportunidades de desenvolvimento. A região sudoeste do estado apresenta vazios demográficos, mesmo sendo dotada de municípios de vasta extensão territorial, o que ocorre devido à presença de generosos termos ocupados por latifúndios. O desequilíbrio entre latifúndios e pequenas e médias propriedades vem gerando conflitos de terra e reiterados movimentos de invasão.

A ocupação e os usos da terra nos municípios do sudoeste do Estado de São Paulo em sua maioria se fundamentam na atividade agrícola e no agro-negócio, principais bases econômicas regionais. Concentrando também pequenas e médias propriedades responsáveis pela produção de alimentos voltada ao mercado de consumo local, estas convivem hoje com os latifúndios tecnificados, situação que acarreta profundas desigualdades de geração de emprego e distribuição de renda. A situação se agrava mediante a presença de uma população pouco qualificada, com baixos índices de escolaridade (NOGUEIRA, 2005).

A despeito dos problemas apontados, a Região Administrativa de Itapeva conta hoje, no entanto, com a estrutura de administração pública voltada à promoção do desenvolvimento e integração regional. Essa estrutura que tem na Secretaria de Agricultura e Abastecimento o gerador de ações de relevo, conta ainda com dois Pólos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) – Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira, o que indica o forte comprometimento e apoio do ente público a essa modalidade produtiva. Esses pólos contam com quatro Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento (UPDs), localizadas nos municípios de Itaberá, Itararé, Itapetininga e Capão Bonito.

A presença de uma considerável e densa bacia hidrográfica e clima ameno possibilitam a produção de cereais – feijão, milho e arroz, bem como de frutas de clima temperado. Destacam-se ainda áreas destinadas à suinocultura, pecuária e produção de leite e laticínios, assim como intensa atividade de reflorestamento (NOGUEIRA, *op. cit.*). A

Secretaria do Meio Ambiente vem atuando através de quatro Estações Experimentais e quatro Estações Ecológicas, do Instituto de Reflorestamento.

Políticas de qualificação profissional vêm sendo também acionadas, principalmente de Ensino Médio Profissionalizante, com Escolas Técnicas (ETEs) na área de Ciências Agrícolas, que hoje envolvem os municípios de Itapetininga, Itapeva, Taquarivaí e Sorocaba. A presença destas iniciativas atesta a necessidade de fortalecer uma estratégia intermunicipal de capacitação e qualificação no setor agrícola, possibilitando aprimorar a mão-de-obra e agregar valor ao trabalho, podendo abranger os demais municípios da região.

As políticas públicas educacionais vêm sendo complementadas por parcerias com instituições privadas. Entre estas instituições, destacam-se o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o SEBRAE, com Escritórios Regionais em Itapeva, Avaré e Sorocaba, com o programa Sistema Agroindustrial Integrado (NOGUEIRA, *ibid.*). O Centro de Desenvolvimento Empresarial (CDE), cuidando dos setores de alimentos e madeira, duas fontes produtivas que merecem atenção em políticas de desenvolvimento da Região.

O reflorestamento constitui uma atividade em expansão, desde o seu início em 1965. As condições de solo e as dificuldades de cultivo que este apresenta, assim como a topografia, foram fatores decisivos para o incentivo fiscal que vem sendo concedido ao reflorestamento. O solo arenoso e ácido constitui outra dificuldade, que demanda custos para a correção, dificultando o crescimento e a expansão de lavouras pequenas e médias. A necessidade de políticas regionais de provisão de créditos ao pequeno e médio produtor, para aquisição de meios e instrumentos produtivos, e de insumos e produtos existentes no mercado capazes de corrigir as carências do solo se evidencia. Entretanto, a despeito das dificuldades, a produção agrícola regional é diversificada (grãos, cereais, hortaliças e frutas) o que possibilita pensar em estratégias de investigação e desenvolvimento de nichos de mercado de produtos voltados a diferentes escalas: local, regional, nacional e global.

No entanto, as hortaliças e cereais invernais (batata, tomate, pimentão), o cultivo de flores e frutíferas tais como citros, pêssgo e ameixa, cultivados ainda em menor

quantidade, requerem cultivo e técnicas mais sofisticadas, exigindo auxílio referente às técnicas de aragem, cuidado do solo, rega, prática de enxertos e plantio de mudas, bem como a construção e cuidado de estufas, demandando ações de formação e capacitação de mão-de-obra adequada a essas funções.

Culturas frutíferas exóticas, entre estas, a de atemóia, nêspira, nectarina e lichia, o cultivo orgânico, a exploração de culturas em florestas, como as de palmito e pupunha, assim como na área de animais, a ranicultura e a piscicultura (fundamentadas na abundância hídrica da região), surgem como possibilidades para elevar a produção e absorver mão-de-obra.

Entretanto, a necessidade de enfrentar mercados de maior escala, através de produtos diferenciados se impõe como desafio, o que exige a produção de bens de alto valor agregado através de beneficiamento, seleção, embalagem diferenciada, agilidade de transporte e eficiência distributiva. A ausência de redes de distribuição determina a subserviência dos produtores aos atravessadores. Estes ao intermediar as vendas e constituírem oligopólios interferem na composição do preço. Por outro lado, a qualidade produtiva e o valor da mercadoria se relacionam diretamente à especialização e qualificação do trabalhador, requerendo o aperfeiçoamento de suas competências para que outro patamar de qualidade seja atingido.

A simples diversificação dos produtos e potencial presença do agro-negócio não constituem em si o mote do desenvolvimento, pois é preciso considerar o enxugamento da mão-de-obra que pode ser absorvida pelo setor agrícola acarretado pela mecanização da produção rural. As grandes propriedades mecanizam a colheita e o beneficiamento de produtos, e exigem um número pequeno de trabalhadores fixos, utilizando mão-de-obra contratada por empreita para os serviços intermitentes. Por outro lado, o aproveitamento da mão-de-obra menos qualificada (bóias-frias) em colheitas e outros serviços determinam a natureza sazonal do trabalho, exigindo redes regionais de solidariedade e organização de políticas que possibilitem absorver e redirecionar esses trabalhadores, nos períodos em que não estão empregados e possibilitando inseri-los em outras redes produtivas que possibilitem sua estabilização e ascensão social. A existência de programas de capacitação profissional é de fundamental importância, ao desenvolver habilidades e diversificar as possibilidades de atuação deste segmento. Por

outro lado, os jovens de classe média evadem em busca de melhores oportunidades para o exercício de profissões liberais ou das relacionadas à capacidade produtiva regional.

As políticas de desenvolvimento regional dependem, como fica claro, da articulação produtiva que, entretanto, para atingir seus fins necessitam de redes de informação e de circulação desta. A disponibilidade de mão-de-obra, sua capacitação voltada às demandas produtivas precisam estar devidamente registradas, a fim de que sistemas de informação e de distribuição, quer de produtos, bens e serviços e também de capacidades e qualificações humanas possam circular e estabelecer a rede regional que a dinâmica de desenvolvimento solicita. Redes de conhecimento agilizadas por sistemas digitais de gestão possibilitam investigar nichos e potencialidades de mercado, assim como qualificação da mão-de-obra através do controle e registro de disponibilidades, carências e necessidades. Essas redes permitem também a difusão técnica e tecnológica necessária ao desenvolvimento de potenciais atividades. As redes digitais são instrumentos valiosos para as políticas públicas, recursos de fácil acesso e operação e que não implicam em elevados custos.

Outro recurso associado às redes digitais é o de organização de centros de distribuição concentrados em sistemas informáticos, alimentados por softwares de gestão, os quais substituem a estocagem física. Os Centros de Distribuição (CDs) virtuais possibilitam a agilidade de negócios regionais e também de escala superior, por disponibilizarem a informação logística, organizando e racionalizando a distribuição e os deslocamentos da produção e dos serviços. Relacionam-se diretamente à infra-estrutura física de distribuição e circulação, organizando os destinos de bens e de serviços, registrando entradas e saídas de fluxos de negócios, gerenciando o sistema de origem e destino da produção e da mão-de-obra.

Redes digitais de sistematização e gestão de informações estão na base da possibilidade de articular os mercados que surgem como naturais e potenciais: o mercado estadual, regional e o abastecimento dos demais estados da Federação (NOGUEIRA, *id.*, *ibid.*).

O apoio institucional ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) que formam estruturas de organização em redes de atividades de empresas e negócios familiares, e de pequenas e médias empresas é também uma saída consagrada de diversificação produtiva e capacitação que a literatura especializada registra. Os APL

são passíveis de integrar esse complexo estratégico regional. No entanto, os APL, desenvolvidos sob o pressuposto do conhecimento das oportunidades que se apresentam para o seu incentivo e se gerenciados através de sistemas digitais e redes podem estar fisicamente dispersos, gerindo a articulação das atividades econômicas que os constituem em vastas porções de territórios.

Por exemplo, um APL vinculado à atividade de confecção pode ter sua implantação gerenciada por sistemas digitais. Permitindo o cadastro de mão-de-obra em potencial, pode registrar a disponibilidade de trabalhadores ou trabalhadoras para esse setor na rede de municípios, possibilitando contratações e agenciamentos produtivos que de outra forma permaneceriam desconhecidos. Dessa maneira, a administração pública pode organizar programas de cadastro de interessados, assim como de capacitação, para desempenho de atividades correlatas em demandas eventuais.

Considerações finais:

A sociedade atual caracterizada pela expressiva dinâmica entre setores econômicos, com ênfase nos serviços requer estratégias para a promoção das condições de manifestação dessas atividades no território. Embora a autonomia dos municípios e o papel significativo do poder local estejam garantidos pela Constituição de 1988, o estabelecimento de redes e solidariedades fundamentadas na ação reflexiva, que passa a desenhar formas de interação de atividades e políticas de desenvolvimento relacionadas, ocupa hoje posição destacada entre os princípios de planejamento e de desenvolvimento.

Neste contexto, o trabalho argumentou que a regionalização dos municípios constitui um fundamento para alcançar o almejado desenvolvimento, sobretudo naquelas regiões historicamente deprimidas, como é o caso da Região Sudoeste do Estado de São Paulo, de que fazem parte a Região Administrativa de Itapeva e o Município de Itaberá.

Argumentou também que atingir o desenvolvimento requer reflexividade, de sorte a desenhar um conjunto complexo de estratégias e ações capazes de articular o território através de planejamento de decisões. Embora a fragmentação e dispersão populacionais e de atividades caracterizem as regiões do Estado de São Paulo, devido às vastas extensões territoriais dos latifúndios e a presença de espaços político-administrativos que representam territórios generosos, as políticas públicas podem dispor de instrumentos de organização e registro de informações que gerem conhecimento. Este

conhecimento obtido através de redes digitais pode potencializar a capacitação profissional, a organização e estímulo à formação de APL, a pesquisa de mercados e de formas e demandas de deslocamento da produção, dos bens e do capital humano.

O desenvolvimento regional é dependente do estabelecimento de sistemas operacionais que possibilitem solidariedades. As redes digitais constituem valiosos instrumentos para atender a essa demanda contemporânea.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti Alvim, “O Pontal do Paranapanema sob a ótica do Planejamento Regional no Estado de São Paulo, 1960 – 1995”. Dissertação de mestrado, apresentada à FAUUSP, 1996.

AMARAL FILHO, Jair do. “Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista”. Em *Planejamento e Políticas Públicas*, no. 14, dez./ 1996.

ASCHER, François. *Los nuevos principios del urbanismo*. Madrid, Alianza Editorial, 2007.

CAIADO, Maria Célia Silva. “O padrão de urbanização brasileiro e a segregação da população na Região de Campinas. O papel dos instrumentos da gestão urbana”, Em “Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP”, 1996.

GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Anna Blume, 2005.

NOGUEIRA, Elizabeth Alves *et. Al.* “Pesquisa e desenvolvimento: prospectando demandas para a região sudoeste do Estado de São Paulo”, em *Revista Agricultura*, PORTAL ITAPEVA. “Política – Aprovada a criação da 16ª. Região Administrativa”, disponível <http://portalitapeva.com/detalhe.asp>, acessado em 13.12.08, às 18h:00.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

SIMÕES, Rodrigo F. et al. “Rede urbana metropolitana: uma análise da estrutura terciária de Belo Horizonte”. Em *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.27, no. 2, out./2006.